

RESULTADOS
2025



AGRIC ADUBOS E GESTÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 26 de março de 2025 – A Administração da Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A

AGRIC ADUBOS E GESTAO DE RESIDUOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	479	672
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	17.056	6.638
Clientes	5	2.580	2.298
Estoques	6	3.963	1.945
Tributos a recuperar	7	1.246	184
Outros créditos		253	524
Total do circulante		25.577	12.261
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	9	4
		9	4
Imobilizado	10	109.017	51.526
Intangível		32	-
Total do não circulante		109.058	51.530
Total do ativo		134.635	63.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGRIC ADUBOS E GESTAO DE RESIDUOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	9.567	7.763
Encargos de dívidas	12	163	-
Empréstimos e financiamentos	12	29.289	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	17	780	-
Impostos e contribuições sociais		276	374
Obrigações estimadas		451	302
Outras contas a pagar		101	494
Total do circulante		40.627	8.933
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	46.739	-
Impostos e contribuições sociais		-	84
Total do não circulante		46.739	84
Patrimônio líquido			
Capital social	13.1	53.800	53.800
Reserva de lucros	13.2	-	974
Prejuízos acumulados		(6.531)	-
Total do patrimônio líquido		47.269	54.774
Total do passivo e patrimônio líquido		134.635	63.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGRIC ADUBOS E GESTAO DE RESIDUOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por quota)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	14	9.077	9.117
Custo Dos Produtos vendidos	15	(8.884)	(8.299)
Lucro bruto		193	818
Despesas com vendas	15	(242)	(288)
Despesas gerais e administrativas	15	(4.179)	(2.715)
Outras receitas e despesas		(1.233)	(54)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		(5.461)	(2.239)
Receitas financeiras	16	3.754	3.957
Despesas financeiras	16	(5.798)	(76)
Despesas financeiras líquidas		(2.044)	3.881
Resultado antes dos impostos		(7.505)	1.642
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	(2.203)
Prejuízo do exercício		(7.505)	(561)
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	18	(6,43)	(0,48)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGRIC ADUBOS E GESTAO DE RESIDUOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Prejuízo do exercício	18	(7.505)	(561)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		(7.505)	(561)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGRIC ADUBOS E GESTAO DE RESIDUOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023 - Não auditado		53.800	1.535	-	55.335
Prejuízo do exercício	18	-	-	(561)	(561)
Absorção prejuízo		-	(561)	561	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024 - Auditado		53.800	974	-	54.774
Prejuízo do exercício	18	-	-	(7.505)	(7.505)
Absorção prejuízo	13.2	-	(974)	974	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		53.800	-	(6.531)	47.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGRIC ADUBOS E GESTÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS S/A
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	18	(7.505)	(561)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	9	-	2.203
Despesas com juros, variações monetárias - líquidas	16	837	(3.796)
Depreciação e amortização	15	41	205
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	15	58	-
Provisão para perda em estoque	15	201	-
Marcação a mercado da dívida	16	(28)	-
Marcação a mercado de derivativos	16	28	-
Instrumentos financeiros derivativos	16	752	-
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes	5	(340)	1.352
Tributos a recuperar	7	(1.233)	17
Estoques	6	(2.054)	(495)
Outros créditos		271	58
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	11	(964)	1.019
Impostos e contribuições sociais		(182)	(1.158)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(1.274)
Obrigações estimadas		149	230
Outras contas a pagar		(393)	4.291
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		(10.362)	2.091
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto	4.2	(6.870)	1.086
Aplicações no imobilizado e intangível	10	(54.963)	(48.400)
Alienação de imobilizado		2	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(61.831)	(47.314)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	12	72.000	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		72.000	-
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		(193)	(45.223)
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	4.1	672	45.895
Caixa e equivalentes de caixa finais	4.1	479	672
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		(193)	(45.223)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGRIC ADUBOS E GESTÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada em Cataguases - MG, com filial em Campos Novos - SC. A Companhia está atualmente em fase pré-operacional na construção de sua usina de biogás, cuja atividade principal será o tratamento de resíduo orgânicos industriais para geração e comercialização de Biometano.

Durante essa fase pré-operacional, as atividades da Companhia se restringem a prestação de serviço recebimento de resíduos orgânicos, produção e comercialização de biofertilizantes.

1.1 Capital circulante líquido

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2025, capital circulante líquido negativo, no montante de R\$15.050 (R\$3.328 positivo em 2024). Os fluxos de caixa oriundos de suas operações e eventual necessidade de caixa, garantido pela controladora, deverá proporcionar os recursos financeiros necessários para fazer frente aos compromissos financeiros de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards" emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram elaboradas com base no custo histórico.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeira requer que a Administração faça o uso julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

- I. Nota explicativa nº 5 Clientes: Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II. Nota explicativa nº 6 Estoques: provisão para perda dos estoques; e
- III. Nota explicativa nº 10 Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Políticas contábeis materiais

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b. **Contas a Receber** – os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos;
- c. **Estoques** – os estoques são contabilizados ao custo médio de apuração e/ou produção e não excedam o valor de realização;
- d. **Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** – os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização dos ativos fiscais diferidos é revisada ao final de cada exercício social e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em montante suficiente para permitir a compensação total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao valor recuperável.

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza.

No exercício anterior a Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido, com apuração trimestral nos meses de março, junho, setembro e dezembro, mediante o qual os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor efetivamente pago ou a pagar às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) foi calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela que exceder R\$ 60 mil por trimestre (R\$ 240 mil no ano), aplicados sobre a base de cálculo presumida correspondente a 8% da receita bruta de venda de produtos e 32% sobre a receita de prestação e serviços, acrescida das demais receitas sujeitas à tributação, tais como receitas financeiras e ganhos de capital, tributadas integralmente ou com percentuais de presunção específicos conforme a legislação aplicável. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida correspondente a 12% da receita bruta de venda de produtos e 32% sobre a receita de prestação de serviços, acrescida das demais receitas tributáveis pelos mesmos critérios aplicáveis ao IRPJ;

- e. **Imobilizado** – o imobilizado está registrado ao custo. Os bens são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada;
- f. **Empréstimos e financiamentos** – são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

- g. **Instrumentos financeiros**

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração: são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente: para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor

justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas – Nota explicativa nº 2.3; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos – Nota explicativa nº 17.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e compreendem empréstimos e financiamentos, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração: os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Mensuração subsequente: a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Classificação e Mensuração	
Valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de <i>hedge</i> nas relações de <i>hedge</i> definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de <i>hedge</i> eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.
Custo amortizado	Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente; e

- h. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- i. **Receitas e Despesas** - a Companhia tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas e despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025:

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais, portanto, não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes:

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalente de caixa e aplicações no mercado aberto

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários a vista	479	312
Aplicações financeiras de liquidez imediata		
Operações compromissadas	-	360
Total de caixa e equivalentes de caixa – circulante	479	672

4.2 Aplicações no mercado aberto

	2025	2024
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificado de depósito Bancário (CDB)	109	-
Fundos de investimentos exclusivos ⁽¹⁾		
Certificado de depósito Bancário (CDB)	11	130
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	9	5
Compromissadas	1.275	1.216
Fundo Multimercado	1.876	301
Fundo de Renda Fixa	8.986	3.294
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	2.080	705
Letra Financeira (LF)	1.991	741
Nota de Crédito (NC)	24	17
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	321	233
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	383	-
Total de caixa e equivalentes de caixa – circulante	17.065	6.642
Circulante	17.056	6.638
Não circulante	9	4

⁽¹⁾ Fundos de investimentos exclusivos são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2025 equivale a 100,3% (99,3% em 2024) do CDI.

5. Clientes

	2025	2024
Serviço de recebimento de insumos	531	665
Venda de adubo	1.199	1.112
Serviço a faturar	988	602
(-) Provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa	(138)	(81)
Total – circulante	2.580	2.298

Apresentamos a seguir os prazos de recebimento das vendas:

	2025	2024
A vencer	2.262	1.621
Vencidas:		
Até 30 dias	311	344
De 31 a 90 dias	1	333
De 91 a 180 dias	8	-
Mais de 180 dias	136	81
Total	2.718	2.379

6. Estoques

	2025	2024
Produtos acabados – adubo	878	3.821
Produtos em elaboração – adubo	4.932	124
Demais insumos	407	53
(-) Provisão para perda dos estoques	(2.254)	(2.053)
Total – circulante	3.963	1.945

A Companhia constituiu a provisão para perda dos estoques, com base na expectativa de utilização ou venda, no histórico de perdas, como também na avaliação entre o valor contábil e o valor líquido de realização dos estoques, no montante de R\$201 (R\$2.053 em 2024)

7. Tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	91	91
Imposto de Renda Pessoa Jurídica– IRPJ	739	35
Contribuição Social Sobre Lucro Líquido – CSLL	6	6
Contribuições ao PIS e à COFINS	353	-
Imposto sobre Serviços – ISS	47	20
Outros	10	32
Total - circulante	1.246	184

8. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa Bio Gás S/A, 83,33% do capital total.

Transações efetuadas durante o exercício:

	Saldo a pagar	Despesa com serviço de terceiros
Energisa Bio Gás S/A ⁽¹⁾	(2.413)	(1.827)
Energisa Soluções S/A ⁽¹⁾	-	(856)
Energisa S/A ⁽²⁾	(1)	(8)
2025	(2.414)	(2.691)
2024	(4.409)	(3.876)

⁽¹⁾ Referem-se à contratação de serviços de mão obra para construção da usina de compostagem;

⁽²⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas ao processo financeiro e tesouraria

9. Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Em 2024, a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Regime de Lucro Presumido	2024	
	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	1.943	1.943
Alíquota de presunção	8%	8%
Base de cálculo	155	233
Receita da prestação de serviços	7.657	7.657
Alíquota de presunção	32%	32%
Base de cálculo	2.450	2.450
Receita sobre aplicações financeiras	3.796	3.796
Outras receitas financeiras	129	129
Base de cálculo	3.925	3.925
Base de cálculo total	6.530	6.608
Alíquotas	15%	9%

Regime de Lucro Presumido	2024	
	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL	(980)	(595)
Adicional IRPJ (10% da base superior a R\$20 por mês)	(628)	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.608)	(595)

A partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia exerceu a opção pelo regime de tributação com base no lucro real. Esta decisão foi precedida de análise técnica que considerou as projeções econômico-financeiras para o exercício e demonstrou maior aderência deste regime tributário ao perfil operacional e à estrutura de resultados da Companhia

Em 2025, os valores de imposto de renda e contribuição social, apurados sob o regime de lucro real e que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	2025
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(7.505)
Alíquotas fiscal combinada nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	2.552
Ajustes:	
Créditos tributários não constituídos no exercício	(2.547)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multas, etc)	(5)
Imposto de renda e contribuição social	-
Alíquota efetiva	-

A Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras no montante de R\$1.914 em razão da ausência de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização no horizonte de projeção considerado.

10. Imobilizado

	Taxa média de Depreciação	Saldos em 2024	Adição	Baixa	Depreciação	Saldos em 2025
Imobilizado em Serviço						
Terrenos		813	-	-	-	813
Implementos	10%	28	-	-	-	28
Máquinas e equipamentos	10%	1.550	20	-	-	1.570
Veículos	20%	23	-	-	-	23
Computadores e periféricos	10%	-	48	-	-	48
Móveis e utensílios	10%	23	23	(2)	-	44
Total do imobilizado em serviço		2.437	91	(2)	-	2.526
Depreciação acumulada						
Implementos		(18)	-	-	(2)	(20)
Máquinas e equipamentos		(320)	-	-	(163)	(483)
Veículos		(8)	-	-	(5)	(13)
Computadores e periféricos		-	-	-	(2)	(2)
Móveis e utensílios		(3)	-	-	(6)	(9)
Total Depreciação acumulada		(349)	-	-	(178)	(527)
Subtotal Imobilizado		2.088	91	(2)	(178)	1.999
Imobilizado em curso		49.438	57.580	-	-	107.018
Total do Imobilizado		51.526	57.671	(2)	(178)	109.017

	Taxa média de Depreciação	Saldos em 2023 (Não auditado)	Adição	Depreciação	Saldos em 2024
Imobilizado em Serviço					
Terrenos		813	-	-	813
Implementos	10%	28	-	-	28
Máquinas e equipamentos	10%	970	580	-	1.550
Veículos	20%	23	-	-	23
Móveis e utensílios	10%	8	15	-	23
Total do imobilizado em serviço		1.842	595	-	2.437
Depreciação acumulada					
Implementos		(15)	-	(3)	(18)
Máquinas e equipamentos		(126)	-	(194)	(320)
Veículos		(3)	-	(5)	(8)
Móveis e utensílios		-	-	(3)	(3)
Total Depreciação acumulada		(144)	-	(205)	(349)
Subtotal Imobilizado		1.698	595	(205)	2.088
Imobilizado em curso		1.633	47.805	-	49.438
Total do Imobilizado		3.331	48.400	(205)	51.526

11. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores de equipamentos e serviços	8.692	7.398
Insumos	68	111
Combustível	112	111
Serviços/Manutenção	543	82
Outros	152	61
Total - circulante	9.567	7.763

12. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldo em 2024	Captação	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2025
Moeda Nacional					
CDI	-	47.000	3.451	-	50.451
Total moeda nacional	-	47.000	3.451	-	50.451
Moeda estrangeira					
Dólar	-	25.000	768	-	25.768
Marcação a mercado	-	-	-	(28)	(28)
Total moeda estrangeira	-	25.000	768	(28)	25.740
Total	-	72.000	4.219	(28)	76.191
Circulante	-	-	-	-	29.452
Não circulante	-	-	-	-	46.739

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de Swap) (% a.a) ⁽²⁾	Garantias ⁽³⁾
	2025	2024							
BNDES – Contrato 24.9.0146-1	50.451	-	PRÉ + 7,53%	-	Fev/40	Mensal a partir de Jan/26	7,53%	-	FB
Total em moeda nacional	50.451	-							
CITIBANK LOAN TRADE 68465	25.768	-	SOFR + 0,53%	CDI + 0,55%	Ago/26	Final	-6,3%	14,87%	A
Marcação a mercado da dívida ⁽⁴⁾	(28)	-							
Total em moeda estrangeira	25.740	-							
Total	76.191	-							

- (1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 2025. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do *hedge* cambial, demonstrados na nota explicativa nº 17;
- (2) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2025 demonstrados na nota explicativa nº17;
- (3) A=Aval Energisa S/A, FB=Fiança Bancária; e
- (4) Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos, demonstrados na nota explicativa nº 17.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2025	2024
SOFR	4,31%	5,31%
CDI	14,32%	10,88%
US\$ x R\$	-11,14%	27,90%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	2025
2027	3.550
2028	3.550
2029	3.550
2030	3.550
Após 2030	32.539
Total	46.739

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 53.800 (R\$53.800 em 2024) e está representado por 1.167.240 (1.167.240 em 2024) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

13.2 Reserva de lucros

O) montante de reservas de lucros de R\$974 apurando até o exercício de 2024 foi integralmente utilizado para absorção de parte dos prejuízos do exercício da Companhia.

14. Receitas Operacional

	2025	2024
Receita operacional bruta		
Receita prestação serviços	7.583	7.657
Receita comercialização adubo	2.374	1.943
Total da receita operacional bruta	9.957	9.600
Deduções à receita operacional		
ICMS	(8)	(20)
PIS	(121)	(46)
COFINS	(555)	(214)
ISS	(196)	(203)
Total das deduções à receita operacional	(880)	(483)
Receita operacional líquida	9.077	9.117

15. Custos e despesas operacionais

Natureza do gasto	Custo de Operação	Despesas Operacionais comerciais e administrativas	Total	
			2025	2024
Custo dos produtos vendidos – CPV	2.797	-	2.797	2.990
Custo dos serviços prestados – CSV	5.886	-	5.886	3.211
Pessoal	-	1.893	1.893	530
Material	-	29	29	5
Serviço de terceiros	-	2.120	2.120	1.518
Depreciação	-	41	41	7
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	-	58	58	530
Perdas em estoque	201	-	201	2.053
Outras	-	280	280	458
Total	8.884	4.421	13.305	11.302

16. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Receita de aplicação financeira	3.553	3.796
Descontos obtidos	232	1
(-) Tributos sobre receitas financeiras – PIS e COFINS	(171)	-
Outras receitas financeiras	140	160
Total receita financeira	3.754	3.957
Encargos de dívida – variação monetária e cambial	(4.250)	(32)
Marcação a mercado da dívida	28	-
Marcação a mercado derivativos	(28)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(752)	-
Despesas bancárias/IOF	(753)	(16)
Outras despesas financeiras	(43)	(28)
Total despesa financeira	(5.798)	(76)
Despesas financeiras líquidas	(2.044)	3.881

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo:

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros:

	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
ATIVO					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	1	479	479	672	672
Clientes	1	2.580	2.580	2.298	2.298
		3.059	3.059	2.970	2.970
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	17.065	17.065	6.642	6.642
		17.065	17.065	6.642	6.642

	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
PASSIVO					
Custo amortizado					
Fornecedores	1	9.567	9.567	7.763	2.850
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	1	50.451	50.451	-	-
		60.018	60.018	7.763	2.850
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	780	780	-	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	2	25.740	25.740	-	-
		26.520	26.520	-	-

Categoria dos instrumentos financeiros

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no período para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (*Fair Value Option*) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2025, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 2025, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$28 devedor e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Administração financeira de risco

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

a) Risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício são:

	2025
Dívida ⁽¹⁾	76.191
Caixa e equivalentes de caixa	(479)
Dívida líquida	75.712
Patrimônio líquido	47.269
Índice de endividamento líquido	1,60

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme, detalhado nas notas explicativas nº 12.

b) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Resultado básico por ação	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		9.567	-	-	-	-	9.567
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	10,23%	3.593	29.586	13.644	18.835	39.078	104.736
Instrumentos financeiros derivativos		-	780	-	-	-	780
		13.160	30.366	13.644	18.835	39.078	115.083

c) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro".

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber de clientes relativos às transações de venda de serviços e adubos fertilizantes e esse risco é administrado através de processo de análise da carteira de clientes.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	479	672
Aplicações financeiras no mercado aberto	4.2	17.065	6.642
Clientes	5	2.580	2.298
Instrumentos financeiros derivativos	17	(780)	-

d) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2025, excluídos os efeitos dos custos com captação é de R\$76.191, onde R\$25.740 estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº 12.

Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2025 com redução de 11,14% sobre 31 de dezembro de 2024, cotado a R\$5,5024/USD (R\$6,1923/USD em 31 de dezembro de 2024). A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2025 era de 10,12%, enquanto em dezembro de 2024 foi de 14,51%.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados às moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo financeiro (%a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta ativa	Ponta		
Resolução 4131 - Citibank	4.577	(SOFR + 0,53%) x 117,647%	CDI + 0,55%	10/06/2026	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como *Fair Value Option*, vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/12/2025	31/12/2024		30/06/2025	31/12/2024
Dívida designada para "Fair Value Option"	25.000	-	Moeda Estrangeira	(25.709)	-
Swap Cambial (Derivativo)	25.000	-	Posição Ativa	25.709	-
			Moeda Estrangeira		
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(26.490)	-
			Posição Líquida Swap	(781)	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(26.490)	-

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 12 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial no período findo em 31 de dezembro de 2025, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(25.000)		(23.687)	(29.785)	(35.884)
Variação Dívida			1.313	(4.785)	(10.884)
Swap Cambial					
Posição Ativa		Alta do Câmbio			
Instrumentos Financeiros Derivativos	25.709		24.396	30.494	36.593
Variação - USD			(1.313)	4.785	10.884
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(26.490)		(26.490)	(26.490)	(26.490)
Variação - Taxa de Juros CDI			-	-	-
Subtotal	(781)		(2.094)	4.004	10.103
Total Líquido	(25.781)		(25.781)	(25.781)	(25.781)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2025, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$25.781.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2025 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	17.065	Alta CDI	2.090	2.613	3.135
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(26.490)	Alta CDI	(3.245)	(4.056)	(4.868)
Total - (Perdas)	(9.425)		(1.155)	(1.443)	(1.733)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2026 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2025;

⁽²⁾ Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$49.702.

18. Resultado básico por ação

Cálculo de (prejuízo) por ação em milhares, exceto valor por ação:

Resultado básico por ação	2025	2024
Numerador		
(Prejuízo) líquido do exercício	(7.505)	(561)
Denominador		
Média ponderada de número de ações	1.167.240	1.167.240
Resultado básico por ação - R\$ ⁽¹⁾	(6,43)	(0,48)

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

19. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da estão apresentados abaixo:

	2025	2024
Atividade operacionais		
Fornecedores	6.113	3.345
Atividade de investimento		
Imobilizado	6.113	3.345

---*---

Diretoria Executiva

Débora Cardoso Viera Oliver
Diretora Presidente

Luiz Fernando Valente Tomasini
Diretor

Maurício Perez Botelho
Diretor

Jesusimar De Oliveira Dornelas
Contador
CRC MG 64647-0

Agric Adubos e Gest3o de Residuos Industriais e Comerciais S.A.

Demonstra3oes Financeiras
Referentes ao Exerc3cio Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relat3rio do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S.A.
Cataguases - MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, se houver, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Apuração da receita, custo e estoque no período pré-operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia encontra-se na fase pré-operacional de suas atividades de tratamento de resíduos orgânicos para geração e comercialização de biometano e biofertilizantes. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores de receita, custo e estoque refletem a melhor estimativa da Diretoria no contexto da atual fase de pré-operação, uma vez que os procedimentos para reconhecimento da receita e do custeio ainda estão sendo implementados. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, os estoques não tiveram as quantidades fisicamente inventariadas. Em decorrência dessas limitações, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente que outros ajustes não seriam necessários, caso os procedimentos de apuração da receita e custeio já estivessem implementados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria do balanço patrimonial”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ


Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4